

O USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL: tragédia social nas tramas do capital imperialista

O Brasil ocupa hoje a posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Nesse ranking não há nada a ser comemorado. Somos responsáveis pelo consumo de 18%, ou seja, quase 1/5 de todo agrotóxico comercializado mundialmente. Em 1990 o Brasil consumia 3% dos agrotóxicos no mundo, ou seja, houve um aumento de 9 vezes nesse consumo. Entre 2000 e 2014, o país saltou de um consumo de cerca de 170 mil toneladas de agrotóxicos para 500 mil toneladas, um aumento de 135%. Do total consumido, 52% são utilizados no cultivo da soja.

O principal agrotóxico comercializado no Brasil é o glifosato, um herbicida aplicado em diversos cultivos, como o de soja, milho e algodão, que figuram entre os principais produtos do país. O glifosato pode causar câncer e é um potencial causador de alterações na estrutura do DNA e nas estruturas cromossômicas das células humanas. Ainda assim, no ano de 2014 a venda desse herbicida no Brasil foi de 194.877,84 mil toneladas, mais da metade do volume total de agrotóxicos comercializados no país.

O mercado mundial de agrotóxicos movimenta atualmente US\$ 57 bilhões por ano. Nesta longa cadeia do agronegócio, o alimento é destituído de seu valor enquanto forma de alimentação humana e transforma-se em commodity, mercadoria a ser negociada no mercado como qualquer outra. O oligopólio de seis empresas – Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), Basf (Alemanha), Dow (EUA), Monsanto (EUA) e DuPont (EUA) – respondem a cerca de 75% do mercado mundial de agrotóxicos. Recentemente, a Monsanto foi comprada pela Bayer, a ChemChina comprou a Syngenta e Dow e DuPont se fundiram, aumentando ainda mais a concentração e os oligopólios no setor. O monopólio se estende às sementes produzidas por essas mesmas empresas.

A devastação causada pelos agrotóxicos

No Brasil e em outros países do mundo, a agricultura capitalista avança sobre o campo a passos largos e, com ela, o uso massivo de agrotóxicos. Os efeitos desse uso são danosos e incalculáveis: incluem a devastação da natureza, a contaminação dos solos e da água, a morte de animais, a aniquilação da diversidade produtiva, a intoxicação e morte de milhares de pessoas, prejuízos ao desenvolvimento físico e cognitivo e o aumento do número de doenças.

Entre os anos de 2007 a 2014, os casos de intoxicação notificados junto ao Ministério da Saúde corresponderam a uma média de 3.125 por ano, ou seja, diariamente ocorrem no Brasil 8 casos notificados de intoxicação por agrotóxicos. Calcula-se, no entanto, que para cada caso notificado, há outros 50 não notificados, o que eleva em níveis descomunais os índices de intoxicação por agrotóxicos. Do total anual, 148 levam à morte, o que significa que a cada dois dias e meio uma pessoa morre no Brasil intoxicada pelo uso de agrotóxicos agrícolas.

Na maioria dos estados brasileiros, 20% das intoxicações notificadas dizem respeito a crianças e adolescentes. De 2007 a 2014 houve ainda uma média de 42 bebês intoxicados por ano. Os gastos com a saúde pública decorrentes de todas as consequências geradas pelo uso de agrotóxicos não são contabilizados na cadeia do agronegócio e, ao fim, quem paga a conta é a própria população.

O veneno servido em nossa mesa

Em 2018, a Anvisa analisou em torno de 2.500 amostras de 18 tipos de alimentos, apontando que cerca de 1/3 dos vegetais mais consumidos no Brasil apresentam um nível de agrotóxico acima do permitido, sendo que a legislação brasileira já é altamente permissiva. Na lista dos alimentos que mais apresentaram problemas estavam o pimentão (91,8% das amostras), o morango (63,4%), o pepino (57,4%), a alface (54,2%) e a cenoura (49,6).

O problema estende-se também à água. Um a cada quatro municípios brasileiros têm sua água contaminada com agrotóxicos. Entre os agrotóxicos encontrados em mais de 80% dos testes realizados, cinco são classificados como prováveis cancerígenos pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Do total dos 27 pesticidas encontrados na água brasileira, 21 estão proibidos na União Europeia devido aos riscos de seu uso e consumo.

Ainda no governo Temer, no ano de 2018, 450 novos agrotóxicos foram liberados, ano em que também foi colocado em pauta o Projeto de Lei 6299/02, conhecido como o PL do Veneno, proposta de Blairo Maggi, ex-ministro de Temer e acionista do grupo Amaggi, um dos 20 maiores exportadores de commodities do Brasil. O projeto pretende facilitar a produção, venda e uso de agrotóxicos no Brasil, propondo alterações em diversos pontos, como produção, importação e rotulagem.

Bolsonaro libera mais agrotóxicos

Com o governo Bolsonaro, a perspectiva para esse cenário não é nada animadora. À frente do Ministério da Agricultura, a ruralista Tereza Cristina, mais conhecida como a “Musa do Veneno”, teve sua campanha a deputada federal em grande parte financiada por um dos proprietários da Sementes Tropical, empresa que comercializa fungicidas em parceria com a Syngenta.

Somente nos cem primeiros dias de governo foram aprovados 121 novos agrotóxicos e outros 31 já foram incluídos na fila de registro. As corporações por trás desses agrotóxicos têm em comum históricos de conflitos agrários, processos e denúncias de contaminação. Entre as campeãs em novas certificações despontam a Syngenta e a Adama (sétima maior produtora de químicos agrícolas do mundo).

Tendo em vista que a legislação de países da União Europeia, por exemplo, tem sido cada vez mais rígida, o afrouxamento na legislação dos países periféricos, como o Brasil,

permite a recuperação do mercado internacional de agrotóxicos: 30% dos agrotóxicos permitidos no Brasil são proibidos na União Europeia. E há ainda redução de 60% do ICMS e isenção total da contribuição para a Seguridade Social (PIS/COFINS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a produção e comércio de agrotóxicos.

O Estado brasileiro, portanto, subvenciona o capital das grandes indústrias de agroquímicos e, com ele, o avanço da degradação ambiental e da saúde humana. Tudo é feito em nome do lucro das empresas privadas.

O lugar de maior consumidor mundial de agrotóxicos que ocupamos desde 2008 está diretamente ligado ao modelo econômico mundial, que coloca o Brasil no lugar de produtor e exportador de commodities, produtos primários com baixa tecnologia agregada. Dos dez principais produtos de exportação brasileira sete são de origem agropecuária: soja, açúcar, carne de frango, farelo de soja, carne bovina, celulose e café em grão. Nessa longa história de submissão, os interesses externos do capital se sobrepõem aos interesses de desenvolvimento e de uma verdadeira soberania nacional, construída pelos trabalhadores e trabalhadoras. Nas tramas do imperialismo seguimos alijados da perspectiva de nossa autodeterminação enquanto povo brasileiro.

Soberania alimentar: uma luta anti-imperialista

Se queremos transformar o catastrófico cenário da exploração imperialista, é preciso olhar com muita atenção para a questão da agricultura brasileira. A tragédia do uso de agrotóxicos é a tragédia humana e ambiental de toda a sociedade. Os riscos e consequências desse uso não atingem apenas os trabalhadores rurais, mas também os trabalhadores urbanos, já que estamos falando da possibilidade de contaminação por exposição direta, da contaminação pelo consumo de alimentos e água com agrotóxicos, da contaminação do próprio ambiente e, portanto, da produção e reprodução da vida humana.

Estamos diante de um genocídio cotidiano e silencioso que arrasa terras e águas, precariza nossa alimentação e violenta a própria vida humana. É preciso ter clareza de que a luta contra os grilhões do imperialismo é também a construção e a luta por um projeto de soberania alimentar e nacional, que passa necessariamente por um novo projeto de produção agrícola.

Fonte: *Jornal O Poder Popular* - Junho/Julho 2019 Ano 05 - pags 6 e 7 - link: http://opp.dls.hol.es/O_Poder_Popular_42-LEITURA.pdf - acesso em 25/07/2019 às 4:00h

DABio - Gestão Carcará